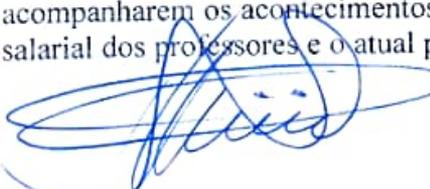
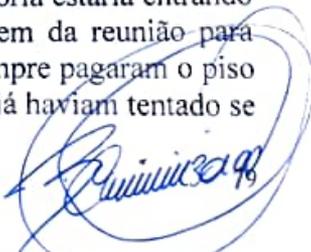


Ata da sexta reunião ordinária, do primeiro período legislativo, da segunda sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará; às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quinze do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, os senhores Vereadores se reuniram no salão da Câmara Municipal para realizarem a presente sessão; o presidente Vereador José Guedes da Silva Vieira declarou aberta a sessão e determinou ao segundo secretário da mesa Vereador Ronys Cley Dias Borges para realizar a leitura bíblica, que foi executada no livro de Salmos 100; em seguida o primeiro secretário da mesa Vereador Fábio Dias de Almeida, executou a chamada de Vereadores, constatando a presença dos Vereadores José Brito da Silva, José Ricardo Sousa Rios, José Guedes da Silva Vieira, Valdemilson Ribeiro Almeida, Ronys Cley Dias Borges, Denilson da Silva Gois, Fábio Dias de Almeida, Nilva de Sousa Brandão, Rômulo Assunção Pereira, Sebastião Arrais dos Santos e Antônio Francisco Lima Fernandes; dando prosseguimento aos trabalhos, o presidente solicitou a Secretária Legislativa para fazer a leitura da ata da sessão anterior, que em votação foi aprovada por unanimidade; em seguida, a secretária passou a exposição da matéria em pauta para o expediente, que constou de **Projeto de Lei Complementar Nº 001/2022, de 03 de março de 2022, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a concessão de abono salarial aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, na forma que especifica; Projeto de Lei Nº 02/2022, de 03 de março de 2022, oriundo do Poder Executivo Municipal, que institui o Programa de Recuperação fiscal – REFIS e concede desconto de multas e juros incidentes sobre débitos existentes junto ao município; Projeto de Lei Nº 03/2022, de 03 de março de 2022, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a equiparação salarial entre os servidores da administração e Saúde e dá outras providências e Requerimento nº 009/2022, do Vereador Fábio Dias, solicitando ao Prefeito a recuperação de todas as ruas do Povoado Novo Paraíso, neste município, com o devido cascalhamento;** encerrada a leitura, o presidente encerrou o pequeno expediente e logo reabriu os trabalhos, dando início ao grande expediente e havendo inscrições para uso da tribuna, a palavra foi facultado a **Presidente do Conselho de Educação, Senhora Nédyma Costa Lima**, que tinha solicitado uso da tribuna através de requerimento escrito, aprovado em sessão anterior, em uso da palavra falou sobre a pressão que houve para a volta as aulas presenciais, mas não se atentaram aos cuidados e necessidades de melhorias na infraestrutura das escolas; pediu à Câmara que fizesse projeto inserindo membros do Conselho Tutelar, o CAPS e o FUNDEB no Conselho Municipal de Educação; logo falou sobre metas do Plano Municipal de Educação em que tratava dos direitos dos profissionais da educação, pediu que os Vereadores que se sentassem com os profissionais para saberem o que está realmente o que estava acontecendo, que a administração estava usando estratégias para podar direitos adquiridos dos profissionais e não estava aplicado o reajuste nacional de 33,24% (trinta e três, virgula vinte e quatro por cento) conforme o aprovado nacionalmente aos professores e isso não era justo, que como representante do Conselho Municipal de Educação pedia ajuda para que se fizesse justiça; pediu que os vereadores se empenhassem em fazer cumprir a lei, observou que estava na pauta da sessão, um projeto de lei concedendo equiparação profissional entre os servidores da administração e da saúde e não se via essas equiparações para os profissionais de apoio da educação e pedia a valorização a todos da classe, pois o trabalho do pessoal do apoio educacional tinha grande relevância para o bom andamento da educação municipal; citou que os vereadores precisavam fiscalizar e não ficarem passando a mão na cabeça do gestor e só fazendo vídeos de ruas e estradas, pois assim, o barco iria afunda; que fiscalizassem, visitassem as escolas para que os serviços fluíssem melhor; falou que o fazia parte da coordenação do SINTEPP e aquele órgão não iria pedir ao gestor para fechar nenhum contrato, pois quem tivesse feito a situação que concertasse; que a categoria aguardaria até o dia dezessete próximo, para que houvesse a reunião e após diálogo, não havendo consenso, a categoria estaria entrando em greve por seus direitos; que convidava os vereadores para participarem da reunião para acompanharem os acontecimentos, ressaltando que todos os ex-gestores sempre pagaram o piso salarial dos professores e o atual prefeito não queria pagar; comunicou que já haviam tentado se



Fábio Dias de Almeida



reunir com o prefeito, mas ainda não tinham conseguido, com acesso somente à Secretária Municipal de Educação e contavam com o apoio dos vereadores nessa batalha; citou que todos se lembravam das promessas de campanha, onde o então candidato a prefeito proclamavam a valorização dos profissionais da educação e o que se via acontecer era o contrário por parte do gestor; o **Vereador Rômulo** lamentou o falecimento da ex-vereadora desta Casa Senhora Maria Monte Azevedo - conhecida por Mara e apresentou seus sentimentos à familiares e amigos; falou a Senhora Nédyma que as vezes era necessário os vereadores fazerem vídeos mostrando as necessidades da população e buscando as melhorias, dando a saber do trabalho dos vereadores, pois havia situações que não eram observadas; que os vereadores buscavam ações junto aos órgãos e nem sempre conseguiam atendimentos; que eram taxados de opositores da administração, sempre que cobravam ações da gestão; que com a realização de uma obra, não se podia parar as outras; que os vídeos que faziam eram buscando ações de melhorias para a sociedade, pois as cobranças eram inúmeras; logo, falando a Presidente do Conselho de Educação, disse que respeitava o trabalho da Senhora Nédyma e que adentraria com pedido de elaboração de requerimento para que se implementasse cobertura nas entradas das escolas, para proteção contra sol e chuva aos servidores; ressaltou que tinha consciência de seu trabalho e o que os pedidos, quando eram executados, não se faziam menção ao trabalho do vereador ou não executavam; convidou os colegas vereadores para participarem da reunião da educação com o gestor, para acompanharem com clareza os trabalhos e reafirmou que continuaria cobrando, pois sempre mais ajudava quem mostrava os erros e o que podia ser melhorado; o **Vereador Ronys Cley** cumprimentou a todos agradecia a presença dos amigos na sessão, lembrando a trajetória do atual prefeito ara com a educação do município, que primeiro fez vídeo de promessa de valorização dos profissionais, conforme graduação individual; que o gestor anterior concedeu a progressão aos profissionais e o atual gestor buscou o Ministério Público e bloqueou a progressão, obrigando o ex-gestor Edilson a vetar o projeto de lei que foi aprovado, que o gestor atual alegou não ter conhecimento para assumir o projeto de lei e vetou; que o prefeito se reuniu apenas com seus colaboradores para definir os valores que repassariam aos servidores á título de abono, que fez somente como bem queria; que após o ato executado, mandou projeto de lei para respaldar suas ações, que foram realizadas sem a respectiva autorização legislativa, que por isso manifestou na sessão anterior que alguns vereadores eram meninos de recado; comentou que o Prefeito não atendia as convocações para se reunir com a Casa Legislativa; que agia desta forma devido à Câmara ser omissa; que o gestor não dava atenção e tampouco valorizava os vereadores; que o Prefeito não tinha autonomia administrativa e quem mandava na gestão era um pequeno grupo, que este precisa administrar e deixar de ser conduzido pelos outros; após os pronunciamentos o presidente deu início a discussão e votação da matérias, quando foram votados individualmente as tramitações do Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 e dos Projetos de Leis nº 02/2022 e 03/2022, sendo aprovados por unanimidade; por último foi votado o Requerimento nº 009/2022, sendo aprovado por unanimidade; dando sequência o presidente facultou a palavra para as explicações pessoais; o **Vereador Rômulo** por questão de justiça comunicou que convidaram o Servidor Jackson para reunião e que este atendeu o convite e que esteve na Câmara para debaterem assuntos da administração; a **vereadora Nilva** agradeceu o público presente, que enaltecia os trabalhos da Casa, sendo gratificante ter o público assistindo as sessões; logo agradeceu ao Deputado Nilson Pinto, que sempre se lembrava de ajudar o município de São Geraldo, que por último tinha conseguido aprovação de repasse de recursos no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para aplicação em melhorias na saúde do município, que agradecia muito e que o PSDB local apoiava o deputado; o **vereador Ricardo** comentou que quando inicialmente foi falado em concessão de abono salarial ao professores, foram feitos vários questionamentos sobre a questão e que na ocasião fez officio ao Prefeito pedindo e sugerindo a elaboração de Projeto de lei sobre a matéria e não obteve resposta e teve enorme surpresa de que só após o ato ser consumado, o Poder Executivo Municipal, mandava projeto de lei para a Câmara, conforme citou o colega Ronys Cley de que no pensamento da gestão, vereador só

Salvo Dias de Almeida



servia para corrigir os erros da gestão: que a equipe de mídia da gestão não falava do trabalho dos vereadores, que era intenso e não passava em nenhum vídeo ou publicação; pediu que o presidente enviasse ofício à gestão solicitando relatório sobre as escolas municipais e na qualidade de presidente da comissão de educação, sugeriu a formação de uma comissão entre os vereadores para buscarem junto a Secretária de Educação, o posicionamento dos trabalhos para melhorias nas escolas; o **vereador Romulo** comunicou que estaria participando de live dia 22/03/2022, com o Senhor Leandro de Sá, via Facebook; o **Vereador Fábio** ressaltou que ainda não estava totalmente recuperado da cirurgia que fez, mas estava voltando aos trabalhos legislativos, quanto a classe da educação, comentou que se iniciava uma nova saga, que sempre esteve na luta pela categoria, participando da busca de melhorias de escolas, entre outras coisas, mas infelizmente o vereador não tinha poder de ação, mas estavam sempre lutando; quanto ao reajuste do piso salarial dos professores, não havia dúvidas para se fazer os cálculos, era só aplicar o índice sobre os salários; que como vereador sempre esteve ao lado da categoria; informou que não poderia participar da reunião do dia dezessete, pois estaria viajando para Belém - PA; falou que ouviu comentário de grupos, de que os professores estavam há dois anos sem trabalhar e já queriam aumento e esse comentário era uma covardia, pois talvez não soubessem, mas o período foi que mais trabalharam para elaborarem as aulas on-line e garantir o aprendizado; que esperava que a situação fosse resolvido na reunião; falando sobre os vídeos citados pela Senhor Nédyma, esclareceu que os vereadores publicavam, que era uma forma de se fazer ouvir, pois também tinham problemas de diálogo com a gestão; que havia um grupo que achava que precisava ser bajulador do gestor para ser bem visto; que os vereadores faziam requerimentos e nem sempre eram atendidos, que a publicação dos trabalhos era uma forma de sobrevivência do vereador, lembrando que suas petições eram sempre em prol do povo e não pessoal e que sua postura continuaria a mesma; o presidente **vereador José Guedes** cumprimentou a todos e relatou que a Casa Legislativa gostava de manter o bom entendimento e o diálogo, mas em alguns casos não dava pra ficar sem intervir, que repudiava a falta de diálogo da gestão com a categoria de professores; outro fato era o envio de projeto de lei, posterior a execução de um ato, buscando basicamente respaldar erros cometidos pela administração, que questionava e se a Câmara não aprovasse, como o Prefeito agiria, lembrando que a gestão tinha advogados para orientação e cometia esse tipo de erro; ressaltou que na reunião do dia dezessete esperava que a gestão apresentasse uma saída para a situação e que se não houvesse consenso, a Câmara se uniria à categoria para através de uma comissão, buscar todos os dados necessários para o cálculos para avaliar e acompanhar a situação; quanto a criação de um projeto de lei beneficiando os profissionais de apoio da educação, que a Câmara não tinha competência para criar, mas podiam fazer o pedido ao Prefeito; em seguida, observando não haver mais nada a ser deliberado, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.



Leandro de Sá